

Pescadores que fazem justiça com as próprias mãos

Comunidade cearense cria código e tribunal para proteger pesca da lagosta que a sustenta e chega a combater piratas

Letícia Lins

● ICAPUI (CE). Com a sobrevivência ameaçada pela pesca predatória da lagosta, pescadores cearenses inventaram um curioso meio de enfrentar a omissão do estado: criaram tribunais populares. Os tribunais se regem por códigos informais, com direitos e deveres. E estabelecem punições para quem transgredir as leis. O tribunal começou na Praia de Redonda, em Icapuí, a 200 quilômetros de Fortaleza. E está se espalhando pelo litoral: já foi implantado nas praias de Canto Verde e Barra de Sucatinga e está sendo instalado nas de Balbino e Batoque.

A decisão é elogiada pelo Ibama, mas é vista com cautela por representantes da Justiça.

Pescadores defendem meio ambiente em vez de depredá-lo

— Essa pode ser uma boa solução para o trabalho de conscientização ecológica em defesa da preservação da lagosta. Ao invés de predadores, os pescadores passam a ser defensores do meio ambiente. Esse trabalho facilita o diálogo e a troca de informações e denúncias. É praticamente impossível para o Ibama fiscalizar o litoral sozinho — afirma o superintendente do órgão no Ceará, Airton Rebouças.

Mas a promotora Yertes Meira Gondim faz uma ressalva:

— É preciso que essas regras



Josenildo Tenório

GOLINHA E OS outros quatro integrantes do tribunal da Praia de Redondo: apoio da comunidade de pescadores

funcionem mais como um compromisso de honra do que propriamente como um código legal. Quem pode legislar sobre direito penal é a União. Eles não podem aplicar sanções penais. Por isso, têm que agir com cautela. No caso das punições administrativas, quem se sentir prejudicado pode recorrer à Justiça e provavelmente

te não será obrigado a cumprir as leis informais. Até porque no Código Penal não há lei que proíba, por exemplo, um pescador de pescar. No Brasil não existe justiça de costumes, embora ela seja comum em países como a Inglaterra — afirma.

A promotora acha que, em vez de criar leis próprias, os pescado-

res deveriam sugeri-las às câmaras municipais.

— O problema é que no interior isso não funciona como deveria — reconhece Yertes.

Foi justamente por causa de leis que não funcionam, da fiscalização escassa, de problemas como conflito armado entre pescadores e piratas, que eles resolve-

ram criar o tribunal. O de Redonda tem cinco integrantes. O presidente é sempre o presidente da colônia Z-17. O atual é Antônio Rocha de Lima, o Golinha. Até agora dez punições já foram aplicadas. Quando o assunto é muito grave, e o tribunal julga-se impotente para resolver, é submetido a uma espécie de supremo, formado pelos integrantes da associação de moradores.

Código proíbe pesca de filhotes e no período de defeso

O código proíbe a pesca de lagostas com tamanho inferior ao estabelecido nas assembleias, o mesmo autorizado pelo Ibama (13 centímetros de cauda para a lagosta vermelha e 11 para a verde). É proibida a pesca da lagosta no período de defeso estabelecido pelo Ibama (1º de janeiro a 31 de abril). O código estabelece ainda normas de pesca, tem dispositivos contra roubo de material e dá ao denunciante e ao denunciado o direito de participar do julgamento.

As penalidades vão da suspensão de 15 a 30 dias (para roubo de material) até a apreensão de barcos. Em caso de reincidência, a pena será dobrada. O código não é rígido. Pode ser modificado por proposta aprovada por dois terços dos pescadores presentes à assembleia.

— Quando o reclamante chega, a gente chama para uma conversa. Quando não há bom senso entre os dois, o assunto vai para jul-

gamento dos cinco. Se o tribunal não resolver, quem decide é a assembleia-geral, que até aqui só precisou ser convocada uma vez — conta Golinha.

Segundo o vereador Raimundo Bonfim (PT), o Camundo, o tribunal foi a única solução encontrada para combater a pirataria e a pesca predatória, feita com rústicos compressores. Pescadores de outros estados iam a Icapuí, cortavam os manzuás (armadilhas) dos icapuienses e chegavam a fazer provocações, como defecar nas gaiolas.

Os desentendimentos começaram a se agravar na década de 80. Em 1989, os pescadores partiram para o conflito armado. Com espingardas soca-soca e de cartucho e facões, foram ao mar enfrentar os piratas. Num dos conflitos, 90 pescadores enfrentaram três barcos de fora, que usavam compressores para a pesca. Dois barcos foram apreendidos e nem mesmo as ordens judiciais para liberá-los foram seguidas. Em 1992, houve novo conflito, com duas mortes. A guerra deixou três mortos e quatro feridos.

— Eles apelaram para a extinta Sudepe, para a Procuradoria da República e para a Justiça. Como ninguém lhes deu importância, resolveram se armar, e fizeram justiça com as próprias mãos — lembra Soraya Vanine Tupinambá, do Instituto Terramar, uma organização não-governamental. ■

15/02/96
O
BORBO
12

Colônia tem esquema de fiscalização

Ibama conta apenas com dois barcos para cobrir do Ceará a Pernambuco

• ICAPUÍ (CE). Depois do conflito armado com os piratas, os pescadores de Icapuí resolveram se co-tizar, compraram dois barcos para a fiscalização e hoje atuam em conjunto com fiscais do Ibama e soldados da Polícia Militar. O Ibama quer estender o sistema a todo o Ceará, que tem mais de 500 quilômetros de litoral. O órgão tem apenas dois barcos, que atuam de Pernambuco ao Ceará. Com a parceria, os barcos fiscalizadores são dos pescadores e têm a despesa paga pelo Ibama.

— Os pescadores são fiscais colaboradores, pois sabem localizar os focos de captura, são testemunhas oculares e a presença deles inibe atos ilegais, como recebimento de propinas por fiscais oficiais. Já os tribunais permitem que um fiscalize o outro — afirma o superintendente do Ibama, Airton Rebouças.

Segundo publicação da ONG Terramar, o tribunal de Canto Verde surtiu efeito em 1996, porque ninguém pegou lagosta miúda. O coordenador do Terramar, Jefferson Souza da Silva, acredita que haja 37 mil pescadores no Ceará. Ele diz que da atividade pesqueira dependem pelo menos cem mil pessoas. A lagosta é a segunda

fonte de divisas do Ceará, atrás da castanha de caju, mas entre 91 e 96 a produção caiu 47%.

— De 96 para 97, houve uma queda de 7,5%. O Ceará responde por 60% da produção brasileira. Hoje, a frota de barcos é três vezes maior e se pesca um terço. Os barcos que atuavam apenas no litoral de Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco ampliaram seu raio de ação até Maranhão e Espírito Santo. Com os tribunais e a fiscalização com ajuda dos pescadores, pelo menos evita-se a pesca predatória, que põe em risco a sobrevivência da lagosta e, por consequência, a dos pescadores — acrescenta Jefferson.

Governo cria comitê para ampliar medidas de defesa

A mobilização dos pescadores terminou levando o Governo a criar um comitê de pesca, para ampliar as medidas de defesa. Segundo o coordenador do comitê, José Augusto Negreiros, no começo da exploração da pesca da lagosta cada covo (manzuá ou armadilha) rendia 1,3 quilos por dia. Hoje não passa de 120 gramas.

Para o vereador Raimundo Bonfim, o Camundo, a iniciativa de pescadores como os de Canto

Verde e Redonda é muito tímida diante da omissão do estado:

— A gente faz a parte da gente, mas o Governo não faz a dele. No ano passado, o Ibama só fez três fiscalizações — acusa.

O chefe de Fiscalização do Ibama no Ceará, Rolfan de Castro, reconhece que em 97 a fiscalização foi mínima, por falta de recursos. Mas promete que, com a ajuda dos pescadores, elas serão pelo menos 12 em 98.

Segundo o código de Canto Verde, “lagosta miúda só para comer, nem pensar em vender”. Quem vender o crustáceo que ainda não atingiu a maturidade será suspenso da pesca por um mês. Dois pescadores já foram punidos na Praia de Beberibe.

Em Redonda, um pescador foi absolvido. O tribunal resolveu punir Antônio Batista da Silva porque ele capturou lagostins, destinados ao consumo de mulher e filhos, mas a assembléia suspendeu a punição.

Para Renê Schures, do Instituto Terramar, 90% dos pescadores são analfabetos, sem tradição de organização.

— Se agora eles fazem associações ou tribunais, é porque a necessidade falou mais forte diante da inércia do estado. ■